

AValiação Psicológica na Infância: Desafios para a Precisão do Diagnóstico Psicológico

Camile Rosa da Cruz¹

Luan Paris Feijo²

RESUMO

Diante da intensificação das preocupações relacionadas ao sofrimento infantil, identifica-se uma crescente busca por diagnósticos psicológicos na infância. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é compreender como a avaliação psicológica contribui para o diagnóstico psicológico de crianças em idade escolar, bem como, analisar quais os recursos, métodos e técnicas utilizadas no processo de avaliação psicológica e investigar se os profissionais fundamentam seus diagnósticos em psicopatologia descritiva. A perspectiva metodológica utilizada neste estudo foi qualitativa, com a realização de entrevistas semiestruturadas com 6 profissionais da psicologia. Os dados foram sistematizados e analisados de acordo com a análise temática. Os resultados apontam que a Avaliação Psicológica na infância viabiliza a compreensão das características do avaliado, promovendo intervenções efetivas e fortalecimento nas redes de cuidado. Assim como, o processo avaliativo é conduzido por meio de diferentes instrumentos, salientando a relevância da avaliação multimétodos. Os achados do estudo apontaram os limites da responsabilidade profissional do Psicólogo na Avaliação Psicológica. Por fim, a análise destacou desafios relacionados ao reconhecimento da autonomia dos profissionais da psicologia na prática de Avaliação Psicológica.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Infância; Diagnóstico Psicológico; Psicólogos; Pesquisa qualitativa;

PSYCHOLOGICAL ASSESSMENT IN CHILDHOOD: CHALLENGES TO THE ACCURACY OF PSYCHOLOGICAL DIAGNOSIS

ABSTRACT

Given the increasing concerns related to childhood distress, there has been a growing demand for psychological diagnoses in childhood. In this context, the aim of this study is to understand how psychological assessment contributes to the psychological diagnosis of school-aged children, as well as to analyze the resources, methods, and techniques used in the assessment process and to investigate whether professionals base their diagnoses on descriptive psychopathology. The methodological approach adopted in this study was qualitative, involving semi-structured interviews with six psychology professionals. The data were systematized and analyzed according to thematic analysis. The results indicate that Psychological Assessment in childhood enables a comprehensive understanding of the child's

¹ Graduanda em Psicologia na Universidade La Salle - camile.202121515@unilasalle.edu.br

² Professor Doutor em Psicologia na Universidade La Salle - luan.feijo@unilasalle.edu.br

characteristics, promoting effective interventions and strengthening care networks. Furthermore, the assessment process is conducted through different instruments, underscoring the relevance of a multi-method approach. The findings of the study also pointed to the limits of the psychologist's professional responsibility within the context of Psychological Assessment. Finally, the analysis highlighted challenges related to recognizing the autonomy of psychology professionals in their assessment practices.

Keywords: Psychological Assessment; Childhood; Psychological Diagnosis; Psychologists; Qualitative Research.

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, observa-se um aumento das preocupações relacionadas à saúde mental infantil. Dados sugerem que cerca de 13% das crianças e adolescentes brasileiros possuem um diagnóstico referente a um problema de saúde mental (Fatori; *et al.*, 2018). Essa prevalência indica que uma significativa parcela da população é submetida a alguma forma de avaliação para o estabelecimento de um diagnóstico. Nesse contexto, cresce a busca pela identificação de psicopatologias e seus possíveis tratamentos.

O ambiente escolar é visto como um contexto onde as crianças são constantemente monitoradas. Nesse sentido, os processos de aprendizagem e desenvolvimento podem ser observados com maior enfoque durante o período de escolarização (Valente; Teixeira, 2019). Ademais, compreende-se que as crianças em idade escolar, entre 8 a 12 anos (Noronha; Rodrigues, 2011) vivenciam complexas alterações cognitivas, o que pode resultar em dificuldades nos processos de aprendizagem e, conseqüentemente, em prejuízos no desenvolvimento escolar e social (Valente; Teixeira, 2019). Entende-se que essas dificuldades podem estar associadas a transtornos do neurodesenvolvimento, os quais iniciam no período da infância e compreendem diferentes prejuízos nas áreas relacionadas à aprendizagem, comunicação e interação social (Guimarães, 2024).

A Avaliação Psicológica na Infância (API) caracteriza um processo dinâmico de investigação, fundamentado em princípios técnico-científicos e que reúne diferentes instrumentos e informantes para avaliar aspectos psicológicos da criança (Roza; *et al.*, 2022). Assim, ressalta-se a complexidade do processo avaliativo em crianças, tendo em vista a tarefa desafiadora de delimitar as fronteiras entre o que é considerado normal e o que é patológico, bem como uma classificação diagnóstica ou outra (D'Abreu, 2012). Logo, a avaliação

psicológica é de suma importância para o planejamento das intervenções e para minimizar os impactos do transtorno na vida do indivíduo (Pedroso; Fonseca; Cabral, 2024).

Diante de um cenário em que muitas crianças ingressam na clínica psicológica com um diagnóstico prévio, dado por médicos e outros profissionais da saúde, ou até mesmo por professores (Bandeira; Trentini; Krug, 2016), este trabalho se debruça sobre a problemática que envolve o processo avaliativo. Essa temática torna-se ainda mais relevante uma vez que um diagnóstico impacta na tomada de decisão, com implicações diretas na vida do indivíduo, podendo sugerir o tratamento farmacológico, necessidade de acompanhamento terapêutico, dentre outros.

Assim sendo, este trabalho visa compreender como a avaliação psicológica contribui para o diagnóstico psicológico de crianças em idade escolar. Bem como, analisar quais os recursos, métodos e técnicas utilizadas no processo de avaliação psicológica e investigar se os profissionais fundamentam seus diagnósticos em psicopatologia descritiva.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Processo de Avaliação Psicológica na Infância

A avaliação psicológica é caracterizada como um processo estruturado de análise de fenômenos psicológicos de indivíduos ou de grupos. Isto é, trata-se de um processo, composto por métodos, técnicas e instrumentos validados cientificamente, aprovados para o uso do psicólogo, que auxiliam a investigar características psicológicas dos avaliados. Com isso, objetiva-se reunir informações acerca do avaliado para possibilitar a tomada de decisão em diferentes contextos (Conselho Federal de Psicologia, 2022).

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2022), o profissional psicólogo deve basear a sua decisão diagnóstica em fontes fundamentais da informação, podendo recorrer a fontes complementares como auxiliares no processo de investigação. As fontes fundamentais da informação são caracterizadas por instrumentos de cunho psicológico e científico, como os testes psicológicos aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia, entrevistas psicológicas, e registros de observação. Por sua vez, as fontes complementares, são instrumentos não-psicológicos com base científica. (Conselho Federal de Psicologia, 2022)

O processo de Avaliação Psicológica inicia no momento do encaminhamento, onde o psicólogo deve investigar previamente os motivos pelos quais a fonte encaminhadora solicitou a avaliação (Rigoni; Sá, 2016). Frequentemente, a escola é a solicitante da avaliação, uma vez que nesse ambiente o comportamento da criança acaba por ser observado e comparado com seus pares, viabilizando a identificação de dificuldades cognitivas e sofrimento psicológico (Bandeira; Trentini; Krug, 2016).

No processo investigativo com crianças é indicado que os pais ou responsáveis legais sejam os informantes da entrevista de anamnese, uma vez que esses possuem capacidade de informar o profissional acerca do histórico do desenvolvimento da criança (Silva; Bandeira, 2016). Além disso, realizar entrevistas com os professores da criança pode proporcionar mais informações relevantes ao profissional, como o entendimento dos padrões de relacionamento do avaliado no ambiente escolar (Giacomoni; Bandeira, 2016). Em suma, ainda para os autores, considerando que o comportamento infantil se difere de acordo com o contexto onde a criança está inserida, entrevistar diferentes respondentes viabiliza uma melhor perspectiva acerca do avaliado.

Partindo para a próxima etapa da Avaliação Psicológica, o psicólogo deverá formular as hipóteses diagnósticas que irão nortear o processo investigativo e assim estabelecer os objetivos da avaliação. Em seguida, o profissional direciona sua atenção para a escolha dos instrumentos e técnicas que serão utilizados durante o processo. (Giacomoni; Bandeira, 2016).

Para realizar a escolha dos instrumentos que configuram as fontes fundamentais da informação a serem utilizados no processo avaliativo, o profissional da psicologia vale-se do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI). Essa plataforma, a partir da verificação de cada instrumento, tem como função classificar a qualidade técnico-científica dos testes psicológicos. Salienta-se, que os testes configuram instrumentos de suma importância para o processo avaliativo, contudo, os resultados de um teste não devem promover diretamente um diagnóstico psicológico, sendo necessário compreender a informação advinda da testagem de forma contextualizada (Hutz, 2015). Quando a quantidade de dados coletados é considerada suficiente para compreender as demandas apresentadas pelo avaliado, inicia-se a etapa de integração dos resultados (Yates, 2016). Nesse sentido, os dados obtidos precisam ser integrados com as demais fontes de informação levantadas ao decorrer do processo, permitindo uma ampla compreensão do funcionamento da criança.

A Avaliação Psicológica multimétodos consiste em valer-se de diferentes tipos de medidas psicológicas, que se diferem pelo estilo de resposta que exigem durante o processo de aplicação do instrumento, permitindo a compreensão dos fenômenos psíquicos apresentados a partir de múltiplas perspectivas (Moraes; Villemor-Amaral, 2024). Assim, a avaliação multimétodos viabiliza compreender o avaliado de uma forma abrangente, considerando diferentes níveis de funcionamento psicológico (Bornstein, 2016).

Os resultados encontrados ao fim do processo avaliativo são comunicados na entrevista devolutiva (Albornoz, 2016). Ainda de acordo com a autora, no processo de avaliação psicológica com crianças a devolutiva deve ser feita tanto aos pais quanto ao avaliado, uma vez que a criança possui o direito de ser incluída nessa etapa.

Salienta-se que a atividade profissional de Avaliação Psicológica demanda que o psicólogo (a) seja suficientemente capacitado quanto ao conhecimento técnico da psicologia e da ética necessária para conduzir o processo de avaliação (Bandeira; Trentini; Krug, 2016). Nesse sentido, os autores apontam para a importância de expandir a preparação técnica para além da graduação, buscando a constante atualização do profissional sobre os métodos, instrumentos e temáticas que envolvem a prática avaliativa.

2.3 Psicopatologia na infância

Compreender o campo das psicopatologias que ocorrem durante o período da infância envolve a tarefa de encontrar as diferenças entre as manifestações comportamentais próprias da idade e aquilo que destoia do esperado, conforme narram Deluca *et al.* (2018). Os autores também apontam para a importância de considerar fatores internos e externos que influenciam no desenvolvimento de cada criança, como os fatores de proteção e risco, bem como as características genéticas.

Pesquisas epidemiológicas indicam que, durante o período da infância, além dos transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade e do transtorno de Conduta, estima-se que as psicopatologias relacionadas à ansiedade registrem de 10% a 20% de prevalência (Deluca *et al.*, 2018). Lannes (2018) aponta para um aumento dos diagnósticos de transtornos de humor, como ansiedade e depressão em crianças e adolescentes e às problemáticas que tratamentos inadequados podem gerar na vida do indivíduo. A falta de tratamento adequado

está vinculada à complexidade de diagnosticar crianças, assim, espera-se que o adequado diagnóstico viabilize o planejamento de intervenções pertinentes para a saúde do avaliado.

Segundo Krug e Wagner (2016), a utilização de sistemas classificatórios como o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) para diagnosticar os transtornos mentais permite a compreensão de aspectos relevantes sobre o transtorno. Nesse sentido, de acordo com o DSM-5-TR (American Psychiatric Association, 2022) a descrição nosológica viabiliza a identificação de características frequentes de cada transtorno, possibilitando a comunicação e o planejamento de intervenções eficazes.

Assim como, a importância do diagnóstico está atrelada a garantia de direitos como adaptações no ambiente escolar, acesso a atendimento especializado e demais serviços (Volkmar *et al.*, 2002), assim como a justiça social aos sujeitos. Portanto, entende-se a complexidade que envolve o processo de avaliação psicológica no âmbito da infância, como também a relevância do diagnóstico para a tomada de decisão na vida da criança avaliada, bem como acesso aos recursos necessários para o seu desenvolvimento.

O processo de avaliação psicológica clínica, na infância, caracteriza-se como um processo de investigação e intervenção que ocorre no contexto clínico, buscando compreender as manifestações psicológicas por meio de procedimentos científicos que envolvem o uso de técnicas de avaliação e de uma orientação teórica, em um determinado período de tempo. Dessa forma, tem como objetivo gerar um entendimento acerca dos fenômenos apresentados pelo avaliado, podendo, mas não somente, chegar a um diagnóstico psicológico (Krug, Trentini e Bandeira; 2016).

A avaliação psicológica na infância demanda responsabilidade e conhecimento profissional acerca dos processos de desenvolvimento de psicopatologias, assim como de fatores contextuais e pessoais que cercam as vivências da criança (D'Abreu, 2012). Ainda para a autora, para diferenciar o que é esperado e o atípico dentro do desenvolvimento infantil, é de suma importância considerar a quantidade de sintomas e a frequência e prejuízo que os estes trazem na vida do avaliado.

Portanto, considerando a relevância da Avaliação Psicológica clínica para compreender as demandas apresentadas, formular diagnósticos psicológicos e comunicar as implicações e intervenções necessárias (Wright *et al.*, 2022) torna-se fundamental investigar como os profissionais da psicologia conduzem o processo de avaliação psicológica. Dessa forma, este

trabalho busca compreender como a avaliação psicológica contribui para o diagnóstico psicológico de crianças em idade escolar, analisando os recursos, métodos e técnicas e se os profissionais fundamentam seus diagnósticos em psicopatologia descritiva.

5 METODOLOGIA

5.1 Delineamento

A abordagem metodológica adotada para essa pesquisa foi qualitativa e exploratória. A pesquisa qualitativa está relacionada à coleta de dados descritivos sobre determinados indivíduos e contextos, buscando compreender as problemáticas a partir do enfoque dos entrevistados (Godoy, 1995). Com o intuito de assegurar os procedimentos qualitativos da presente pesquisa, foi utilizado o *Checklist Consolidated criteria for reporting qualitative research* (Coreq). Esse instrumento contempla aspectos relacionados ao delineamento metodológico do estudo, a equipe de pesquisa, bem como, aos procedimentos de análise e na formulação das conclusões do trabalho (Tong, Sainsbury, & Craig, 2007).

5.2 Participantes

A amostra foi composta por psicólogos voluntários, recrutados por conveniência (Gil, 2002). Foram entrevistados 6 psicólogos que trabalham com avaliação psicológica, houve apenas uma recusa, mas nenhuma desistência, pelos participantes durante a pesquisa. Para esse artigo, entende-se que as narrativas dos entrevistados são de relevância simbólica, não se limitando às características quantitativas (Yin, 2016). Dessa forma, além do aspecto quantitativo da amostra, buscou-se compreender os sentidos e significados relatados nas falas dos profissionais.

A amostra de participantes foi composta por profissionais que se diferem quanto à formação e tempo de atuação profissional, favorecendo uma ampla compreensão acerca das visões e experiências dos profissionais com relação a Avaliação Psicológica. O Quadro 1 apresenta a caracterização dos psicólogos entrevistados.

Quadro 1 - Caracterização dos psicólogos entrevistados

Identificação	Gênero	Idade	Tempo de formação profissional	Tempo de atuação em Avaliação Psicológica
F. B.	Feminino	35	6 anos	6 meses
C. K.	Masculino	32	9 anos *	11 anos
C.G.	Feminino	31	7 anos *	5 anos
G. B.	Feminino	24	1 ano e 2 meses	2 anos
P. F.	Feminino	54	28 anos	25 anos
S. L.	Feminino	36	13 anos	11 anos

Legenda: * = Profissional realizou especialização em Avaliação Psicológica

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

5.3 Instrumentos

Foram utilizados dois instrumentos para coletar os dados, salienta-se que os dois foram criados por ambos os autores. O primeiro instrumento utilizado durante a coleta de dados foi um questionário sociodemográfico. Esse instrumento foi construído com o objetivo de reunir informações sobre sexo, idade, escolaridade e o tempo de atuação profissional dos entrevistados. Por sua vez, o segundo instrumento foi uma entrevista semiestruturada, contendo 9 questões que exploram a temática do processo de Avaliação Psicológica e os desafios de realizar o diagnóstico psicológico na infância.

5.4 Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada pela primeira autora, que é acadêmica de psicologia e bolsista de iniciação científica no âmbito da psicologia, possuindo também experiência na condução de pesquisas qualitativas, por meio de entrevistas semiestruturadas e de um questionário sociodemográfico. As entrevistas tiveram a duração média de 15 minutos. De acordo com Minayo e Costa (2018), a entrevista semiestruturada viabiliza a criação de um

roteiro prévio, com perguntas que permitem ao pesquisador direcionar a entrevista e ao mesmo tempo proporcionar um ambiente propício para as reflexões do entrevistado sobre o assunto em questão.

Assim, além de responder os questionamentos da pesquisa, essa perspectiva metodológica abre espaço para novas percepções acerca da temática proposta. As entrevistas foram conduzidas por meio de videoconferência na plataforma *Google Meet* e o áudio foi gravado apenas para posterior transcrição e análise dos dados pelos autores.

A coleta de dados foi interrompida quando o critério de saturação de respostas foi atingido. Entende-se que o critério de saturação de respostas corresponde ao momento em que os dados coletados na pesquisa começam a apresentar conteúdo repetitivo, tornando improdutivo a adição de novos participantes à pesquisa (Turato; *et al.*, 2008).

5.5 Procedimento de análise de dados

Os dados foram analisados por meio da análise temática proposta por Braun e Clarke (2006). Esse método de análise consiste em seis etapas que envolvem a familiarização com os dados, geração de códigos iniciais, a busca por temas, definição e nomeação dos temas, e a redação do relatório final (Braun; Clarke, 2006). Ainda para os autores, durante o processo de análise, as etapas precisam ser revisitadas, possibilitando a profunda compreensão dos dados. Sendo assim, as entrevistas foram transcritas e organizadas pela primeira autora em quadros para cada temática, o segundo autor corroborou orientando essa catalogação.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados das entrevistas evidenciaram 3 categorias, *a posteriori*, ou seja, após a análise dos dados, que foram denominadas de: **(1)** Avaliação Psicológica como dispositivo de compreensão e direcionamento terapêutico; **(2)** Integração de Instrumentos e Estratégias na Avaliação Psicológica, **(3)** Limites da responsabilidade profissional na Avaliação Psicológica e **(4)** Desafios de Reconhecimento e Autonomia na Prática Avaliativa, que passam a ser apresentadas.

Essas categorias sugerem que os profissionais compreendem que o processo avaliativo ultrapassa o caráter diagnóstico, funcionando como instrumento de autoconhecimento, compreensão do funcionamento psicológico e guia para intervenções mais efetivas. Ademais, reconhece-se a relevância dos resultados advindos do processo de Avaliação Psicológica para a garantia de direitos na infância. Além disso, as categorias reforçam os limites do processo avaliativo, evidenciando as responsabilidades do Psicólogo.

Em adição, os entrevistados destacam a importância de combinar diferentes instrumentos, técnicas e fontes de informação (testes, entrevistas, observação, relatos familiares e escolares) para construir um retrato abrangente do funcionamento psicológico do avaliado. Assim, a análise dos dados demonstrou que os entrevistados consideram a Avaliação Psicológica como um processo onde múltiplos métodos são necessários para compreender a criança avaliada, não se limitando a um único instrumento.

Além disso, os dados revelam conflitos de legitimidade entre áreas da saúde, em especial entre Psicologia e Medicina, na definição de quem tem autoridade para validar o diagnóstico. Dessa forma, evidencia-se a dificuldade do reconhecimento do psicólogo como profissional capacitado para realização da prática de Avaliação Psicológica.

Nesse sentido, a categoria 1, intitulada **“Avaliação Psicológica como dispositivo de compreensão e direcionamento terapêutico”**, destaca que o diagnóstico, quando elaborado de forma ética e compreensiva, atua como dispositivo de escuta e intervenção, permitindo que a criança, o adolescente e seus responsáveis encontrem novas formas de simbolizar o sofrimento. O relato da entrevistada C.G. evidencia a relevância da Avaliação Psicológica como recurso para explicar o funcionamento do paciente e nortear as estratégias interventivas:

“Mas acho que crianças, mais no sentido de suporte, eu acredito que a maioria das crianças que vem são neurodesenvolvimento, TDAH [Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade], TEA [Transtorno de Espectro Autista], o DI [Deficiência Intelectual], enfim, e a importância do laudo pra nortear os profissionais que vão atender eles, a família, enfim, a dar esse suporte pra essa criança”. (C.G.)

Essa compreensão reforça o caráter dinâmico e interventivo da avaliação, conforme autores como Hutz, Bandeira e Trentini (2015) e Cunha (2000), que defendem a função psicoterapêutica do processo avaliativo. Assim, a repercussão da avaliação se desdobra em mudanças subjetivas, melhor direcionamento clínico e fortalecimento das redes de cuidado e

de proteção das crianças e dos adolescentes.

O diagnóstico psicológico na infância, ao indicar o suporte necessário para a criança, viabiliza a efetivação da inclusão escolar, caracterizando-se como um mecanismo de justiça social (Volkmar *et al.*, 2002). Em adição, de acordo com Guimarães (2024), a inclusão escolar de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento proporciona avanços significativos no aprendizado e na socialização infantil. Nesse sentido, a fala da entrevistada C.G. indica o papel da Avaliação Psicológica como fundamental para subsidiar o suporte necessário à criança, contribuindo para a garantia de direitos relacionados à inclusão escolar.

Em relação ao processo de Avaliação Psicológica, a categoria 2, denominada **“Integração de Instrumentos e Estratégias na Avaliação Psicológica”**, aponta que a escolha dos métodos é guiada por hipóteses diagnósticas e pela singularidade do caso, o que evidencia uma postura crítica e ética na condução do processo avaliativo. Nesse contexto, a fala da entrevistada P. F. evidencia a escolha dos instrumentos a partir da hipótese diagnóstica inicial: “Eu planejo da seguinte forma, é, a partir da demanda que chega pra mim. Então, dependendo dessa demanda, eu levanto então algumas hipóteses diagnósticas, e aí eu direciono os instrumentos que eu vou aplicar voltados para essa hipótese (...)”. Essa abordagem corrobora com Giacomoni e Bandeira (2026), que apontam que as hipóteses diagnósticas devem direcionar para os objetivos da avaliação, norteando o processo como um todo.

Os trechos das entrevistas também evidenciaram a utilização do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) para guiar a escolha dos instrumentos. Conforme relatado pela entrevistada F. B.:

“O recurso que eu utilizo é sempre buscando dentro do SATEPSI quais são os testes favoráveis e permitidos pra utilização naquela faixa etária, e muitas vezes um complemento de testagem, como questionários, perguntas, que podem ser direcionados tanto ao paciente quanto a extensão familiar e escolar, se for o caso de uma criança”. (F.B.)

Observa-se que os psicólogos entrevistados valem-se da Avaliação Psicológica multimétodos, para Bornstein (2016), esse método, ao avaliar o paciente em diferentes contextos e buscando distintos estilos de respostas, permite que o avaliado seja compreendido em diferentes níveis de funcionamento psicológico. Dessa forma, combinar diferentes

instrumentos e informantes viabiliza que a integração dos dados coletados ao longo do processo avaliativo seja contextualizada, ampliando a compreensão sobre o avaliado.

A categoria 3 evidencia os **Limites da Responsabilidade Profissional na Avaliação Psicológica**. Entende-se que, após a comunicação dos resultados obtidos no processo avaliativo e das recomendações de intervenções pertinentes ao caso, as decisões e ações subsequentes adotadas pelos responsáveis da criança ultrapassam o escopo de atuação profissional do psicólogo.

O trecho da entrevista com o psicólogo C.K. reforça essa delimitação na prática profissional: “(...) acho que o que explica mais as questões que vocês estão observando é isso e isso, e aí a família vai poder decidir com os profissionais que vem acompanhando o caso a mais tempo o que fazer a partir disso”. De acordo com Albornoz (2016), o papel do psicólogo na entrevista devolutiva consiste em comunicar os achados do processo avaliativo e estimular a família a refletir sobre essas informações. Nesse sentido, compreende-se que o profissional não se responsabiliza pelas ações que a família venha adotar a partir da exposição dos resultados (CFP, 2019).

Ademais, a fala da entrevistada G.B. ressalta a problemática relacionada ao custo financeiro para acessar os tratamentos propostos após a Avaliação Psicológica: “É, com certeza, o acesso ao tratamento, o pós, por que assim, diversos pais conseguem chegar até a avaliação (...). Então eles juntam, parcelam, pegam o cartão (...) assim, como essas pessoas não tem plano de saúde, acredito que o mais difícil de toda essa situação é que talvez a criança não vá conseguir ter o prognóstico esperado por falta de intervenção. Desconsiderar o contexto socioeconômico da criança avaliada pode comprometer a efetividade das indicações terapêuticas, uma vez que as intervenções propostas devem estar alinhadas às reais condições de acesso da família (Albornoz, 2016).

Por fim, os dados coletados também demonstram os **Desafios de Reconhecimento e Autonomia na Prática Avaliativa**, assim, a categoria 4 remete a um campo de disputa, no qual o psicólogo precisa constantemente afirmar a cientificidade e a especificidade de seu saber. O relato da entrevistada G.B. explicita as dificuldades encontradas: “Acho que eu gostaria de acrescentar então, que, por vezes, o psicólogo fica muito impotente por que ainda a decisão está na mão do médico. E aí a gente tem que provar e comprovar, e bater e debater (...)”. Tal tensão reflete um desafio histórico da profissão: consolidar a avaliação psicológica

como prática autônoma, sustentada por critérios técnicos e éticos próprios (Noronha; *et al*, 2023).

A fala da entrevistada S.L. reforça os desafios enfrentados pelos psicólogos para o reconhecimento da competência profissional para a realização da Avaliação Psicológica:

(...) a mãe me falou que o psiquiatra não aceitou o meu laudo por que eu não usei a escala (...) e uma outra escala, eu usei outros instrumentos e fiz toda uma análise pra poder explicar o espectro autista, só que pelo fato de eu não ter usado a escala (...) o meu laudo ele não tinha serventia nenhuma. (S.L)

Para Hutz (2015), às informações obtidas por meio de um teste, por si só, não promovem diretamente um diagnóstico psicológico, entende-se que os resultados devem ser interpretados de forma contextualizada, em articulação com outras fontes de informação. Assim, ao denunciar a desconsideração do raciocínio clínico, os participantes reafirmam a importância de compreender o sujeito em sua totalidade, e não apenas por meio de instrumentos padronizados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender como a avaliação psicológica contribui para o diagnóstico psicológico de crianças em idade escolar. Como também, analisar quais os recursos, métodos e técnicas utilizadas no processo de avaliação psicológica e investigar se os profissionais fundamentam seus diagnósticos em psicopatologia descrita.

Os resultados encontrados evidenciam que a prática de Avaliação Psicológica desempenha um papel fundamental na compreensão do comportamento infantil, viabilizando a orientação para as intervenções necessárias, promovendo o fortalecimento das redes de cuidado e a justiça social. Assim, reafirma-se a relevância dessa prática profissional para reduzir o sofrimento advindo da psicopatologia na infância e possibilitar o desenvolvimento infantil.

Os achados deste estudo destacaram a importância da integração de diversos instrumentos no processo avaliativo, favorecendo uma interpretação contextualizada dos resultados. Dessa forma, os resultados da análise apontam que a construção do diagnóstico

psicológico vai além da aplicação de um determinado instrumento, sendo necessário valer-se de diferentes ferramentas para compreender o funcionamento do avaliado.

Os resultados da análise apontam que os profissionais recorrem a literatura sobre psicopatologia descritiva para formular os psicodiagnósticos. Sendo assim, o DSM 5tr foi citado com frequência, evidenciando a utilidade do manual para compreender as manifestações de sinais e sintomas da criança.

Ademais, o estudo evidenciou as responsabilidades do psicólogo na Avaliação Psicológica, apontando para os limites da atuação profissional. Nesse sentido, compreende-se que, ao fim do processo avaliativo, a responsabilidade em dar seguimento às orientações cabe à família do avaliado. Assim como, é de suma importância que o profissional considere a realidade socioeconômica do avaliado para formular as intervenções indicadas.

As evidências encontradas indicam desafios no que tange ao reconhecimento do trabalho do profissional da psicologia na Avaliação Psicológica. Nesse sentido, esses achados apontam para a importância de fortalecer a identidade profissional do psicólogo em sua autonomia para realizar a prática avaliativa e diagnosticar psicopatologias. No que se refere às limitações deste trabalho, salienta-se o tempo limitado no qual as entrevistas foram conduzidas. Diante disso, espera-se que em pesquisas futuras a coleta de dados possa ser realizada de forma mais elaborada, incluindo a incorporação de grupos focais. Sugere-se que em pesquisas futuras a investigação acerca dos desafios que envolvem o reconhecimento da autonomia do trabalho do psicólogo no processo avaliativo sejam aprofundadas.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5-TR. 5. ed., texto revisado. Porto Alegre: Artmed, 2022.

ALBORNOZ, Ana Celina Garcia. Devolução das informações do psicodiagnóstico. In: HUTZ, C. S. *et al.* (org.). **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BANDEIRA, D. R.; TRENTINI, C. M.; KRUG, J. S. Psicodiagnóstico: formação, cuidados éticos, avaliação de demanda e estabelecimento de objetivos. In: HUTZ, C. S. *et al.* (org.). **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BASCO, M. R. *et al.* Methods to Improve Diagnostic Accuracy in a Community Mental Health Setting. **American Journal of Psychiatry**, v. 157, n. 10, p. 1599–1605, out. 2000.

Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/11007713/>>. Acesso em: 23 jun. 2025.

BORNSTEIN, R. F. Evidence-based psychological assessment. **Journal of Personality Assessment**, Philadelphia, v. 99, n. 4, p. 435–445, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00223891.2016.1236343> . Acesso em: 5 out. 2025.

BRAUN, V.; CLARKE, V.. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/record/2006-06991-002>>. Acesso em: 23 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução n.º 06, de 29 de março de 2019: institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga as Resoluções n.º 15/1996, n.º 07/2003 e n.º 04/2019. Comentada. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n-06-2019-comentada.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Cartilha Avaliação Psicológica**. Brasília: CFP, 2022. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/08/cartilha_avaliacao_psicologica-2309.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

CUNHA, J. A. **Psicodiagnóstico-V**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

D'ABREU, Lylla Cysne Frota. O desafio do diagnóstico psiquiátrico na criança. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 5, n. 1, p. 2-9, jul. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822012000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 abr. 2025.

DELUCA, V. *et al.* A presença de sintomas psicopatológicos em crianças e responsáveis que procuram psicoterapia infantil. **Aletheia**, v. 51, n. 1-2, p. 68–79, 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942018000100007#:~:text=O%20estudo%20da%20psicopatologia%20na%20inf%C3%A2ncia%20engloba%20o,prate%C3%A7%C3%A3o%20para%20a%20ocorr%C3%A2ncia%20de%20um%20transtorno%20mental. Acesso em: 4 jun. 2025.

FATORI, D. *et al.* Prevalência de problemas de saúde mental na infância na atenção primária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 9, p. 3013–3020, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fhGKyYWLvkGdjH4NMYmMvGR/?format=pdf>. Acesso em 23 jun. 2025.

GIACOMONI, C. H.; BANDEIRA, C. M. Entrevista com pais e demais fontes de informação. In: HUTZ, C. S. *et al.* (org.). **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de**

Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

GUIMARÃES, J. F. Inclusão de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento na educação infantil. **Revista OWL (Owl Journal)**, Campina Grande, v. 2, n. 3, mai. 2024. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/215/214>. Acesso em: 5 out. 2025.

HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R.; TRENTINI, C. M. (Orgs.). **Psicometria**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

KRUG, J. S.; WAGNER, F. Cuidados no estabelecimento do diagnóstico psicológico na infância e adolescência. In: HUTZ, C. S. *et al.* (org.). **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2016. p. 230-237.

KRUG, J. S.; BANDEIRA, D. R.; TRENTINI, C. M. Entrevista lúdica diagnóstica. In: HUTZ, Claudia S. *et al.* (Org.). **Psicodiagnóstico**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. p. 211-230.

LANNES, A. S. **Uso de antidepressivos na infância e adolescência**. 120 p. 2018. Monografia (graduação em farmácia) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <http://www.ufjf.br/farmacia/files/2015/04/TCC-Amanda-Soares-Lannes.pdf> Acesso em: 11 jun 2025.

MINAYO, M. C. S.; COSTA, A. P. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, n. 40, p. 139–153, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/349/34958005002/34958005002.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MORAES, M. S. de; VILLEMOR-AMARAL, A. E. de. Validade incremental clínica na avaliação multimétodos: um estudo de caso. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 255–274, ago. 2023. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652023000200255&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 5 out. 2025.

NORONHA, A. P. P. *et al.* Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos: Histórias contadas e não contadas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e278525, 18 dez. 2023.

NORONHA, M. I.; RODRIGUES, M. A. Saúde e bem-estar de crianças em idade escolar. **Escola Anna Nery**, v. 15, n. 2, p. 396–401, jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/vPRbR6D5cwpkpdxx6wy4WKw/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

PEDROSO, M. J.; LIMA FONSECA, D.; CABRAL, K. Psychodiagnosis And Understanding Children's Mental Health. **IOSR Journal Of Humanities And Social Science (IOSR-JHSS)**, v. 29, n. 5, p. 24–34, 2024. Disponível em: <https://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/papers/Vol.29-Issue5/Ser-13/D2905132434.pdf>. Acesso em 23 jun. 2025.

RIGONI, M. S.; SÁ, S. D. O processo do psicodiagnóstico. In: HUTZ, C. S. *et al.* (org.). **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

ROZA, J. A. G. *et al.* Avaliação Psicológica Infantil (API). **Revista AMAzônica**, Manaus, v. 15, n. 2, p. 343–382, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/10265/7547>. Acesso em 5 out. 2025.

SILVA, M. A.; BANDEIRA, D. R. A entrevista de anamnese. In: HUTZ, Claudio Simon *et al.* (org.). **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2016

TONG, A.; SAINSBURY, P.; CRAIG, J. Consolidated criteria for reporting qualitative research (COREQ): a 32-item checklist for interviews and focus groups. **International Journal for Quality in Health Care**, v. 19, n. 6, p. 349–357, 2007. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17872937/>. Acesso em 24 nov. 2025.

TURATO, E. R. *et al.* Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 17-27, jan. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Zbfsr8DcW5YNWVkyMVBByhrN/>. Acesso em 14 ago. 2015.

VALENTE, L. V.; TEIXEIRA, R. D. DE O. Déficits cognitivos entre crianças em idade escolar com transtornos de aprendizagem: revisão de publicações nacionais. **Psicologia Argumento**, v. 37, n. 95, p. 100, 9 dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/23749>. Acesso em 14 ago. 2015.

VOLKMAR, F. R., SCHWAB-STONE, M., & FIRST, M. **Classification in child and adolescent psychiatry: principles and issues**. In M. Lewis (Ed.), *Child and adolescent psychiatry: A comprehensive textbook* (3rd ed.). Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2002.

WRIGHT, A. J. *et al.* Evidence-based clinical psychological assessment (EBCPA): review of current state of the literature and best practices. **Professional Psychology: Research and Practice, Washington**, v. 53, n. 4, p. 372–386, 2022. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2022-34215-001>. Acesso em: 5 out. 2025.

YATES, D. B. Técnicas e modalidades de supervisão em psicodiagnóstico. In: HUTZ, C. S. *et al.* (org.). **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2016. p.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa**: do início ao fim. Porto Alegre: Penso, 2016.